

# COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DE SEGURANÇA EM ELETRICIDADE

## MINUTA DA ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**Local:** São Paulo - SP

**Data:** 10 de fevereiro de 2011

**Hora:** 10:00 hs às 17h00 hs

**Participantes:** Aguinaldo Bizzo (Força Sindical); Argemiro Ferro Filho (SINDIELETRO), Clóvis Veloso de Queiroz Neto (CNI), Edna Lucia Alves Ferreira Rocha (SRTE/PA), Jeová Pereira de Oliveira (FNU-CUT), João José Magalhães Soares (ABRADEE), Luiz Carlos Lumbreras Rocha (SRTE/RJ), Paulo César Andrade Almeida (MPS), José Manoel Teixeira (UGT), Jorge Santos Reis (FUNDACENTRO), Jesus Francisco Garcia (FNU/CUT), Washington A. dos Santos (UGT), Luiz Carlos de Miranda Júnior (CPFL Energia/CNI), Marcos Antonio Galera da Silva (ABRAGE), Sizenando Figueira de Andrade (CHESF).

\*\*\*\*\*

1 Iniciada a Reunião, Edna apresentou o auditor fiscal Rodrigo Vaz, da  
2 Superintendência de São Paulo, como convidado da bancada de Governo. Foi  
3 invertida a pauta, Miranda apresentou o Sr. Claudio Barbosa da FUNCOGE,  
4 convidado pela Bancada dos empregadores, para discorrer a respeito do evento  
5 rodeio de eletricitas, o qual fora questionado pela bancada dos trabalhadores na  
6 reunião anterior, principalmente no que diz respeito ao privilégio dado ao quesito  
7 tempo em detrimento das questões de segurança.

8 Claudio expôs que o rodeio consiste na adaptação de eventos realizados em outros  
9 países, que não privilegia a execução das tarefas no menor espaço de tempo, mas  
10 objetiva o envolvimento da família dos trabalhadores com as atividades desenvolvidas  
11 no cotidiano, com foco na segurança e na disseminação das melhores práticas.  
12 Nessas oportunidades é possível a congregação de mais de trezentos profissionais  
13 das mais diversas regiões do país, proporcionando a troca de experiências e a  
14 disseminação de boas práticas.

15 Ao apresentar os dados do primeiro rodeio, realizado em Belo Horizonte em 2006,  
16 Claudio demonstrou que a equipe que realizou os trabalhos no menor intervalo de  
17 tempo não foi a vencedora, ficando na décima nona posição, posto que os critérios de  
18 avaliação privilegiavam a realização das atividades conforme preconizadas. No  
19 segundo rodeio, realizado em Olinda em 2008, o indicador tempo foi utilizado como  
20 parâmetro em conformidade com o preconizado pela equipe executora para a tarefa,  
21 ressaltou que a equipe com menor tempo ficou em terceiro lugar. Passando ao último  
22 rodeio, ocorrido em São Paulo em 2010, o parâmetro tempo foi abordado como  
23 atendimento do tempo de referência atribuído para a atividade, ficando a equipe com  
24 menor tempo em quinto lugar. Ressaltou que o critério desempate utilizado neste  
25 evento não foi o tempo.

26 Após a exposição foram feitos comentários por Edna, Jorge, Miranda, Teixeira, Jeová,  
27 Rodrigo e Sizenando, ressaltando a fala de Teixeira, que entende que o rodeio deva

28 ser tratado não como um evento cujo mote seja a discussão das questões ligadas a  
29 segurança no trabalho, que podem ser tratadas em outros fóruns, mas como um  
30 evento com propósito lúdico, assim como a ponderação de Rodrigo, que entende que  
31 outras questões previstas na NR10 devem também ser abordadas no rodeio, tais  
32 como a inspeção prévia de equipamentos, situações de emergência, além das citadas  
33 na apresentação, disponibilizada para a Comissão.

34 Em suma, ficou latente a expectativa de todos que seja aprimorado o evento, com  
35 quesitos que não privilegiem o critério tempo.

36 Passando a análise da ata da 18ª Reunião, esta foi aprovada por todos, após  
37 realizadas correções gramaticais.

38 Lumbreras passou a discorrer sobre os trabalhos da subcomissão de vestimentas, que  
39 encaminhou ao DSST as sugestões para revisão da Nota Técnica 174, que versa  
40 sobre as vestimentas para proteção contra os efeitos térmicos do arco elétrico e do  
41 fogo repentino, que foram acolhidas e consolidadas num texto de Portaria a ser  
42 publicado pelo Ministério do Trabalho nas próximas semanas. Atualmente a  
43 Subcomissão está elaborando um manual orientativo para os usuários responsáveis  
44 pela especificação das vestimentas. Estão previstas duas reuniões, em 01 e 17 de  
45 março, momento em que este manual deverá ser concluído, para ser encaminhado e  
46 apreciado pela CPNSEE na próxima reunião e apresentado no 7º SENSE.

47 Bizzo apresentou proposta de elaboração pela Subcomissão de manual ou cartilha  
48 direcionada ao trabalhador usuário da vestimenta, ratificando a fala de Jesus, que foi  
49 aprovada pela Comissão. Lumbreras ficou de apresentar na próxima reunião plano de  
50 trabalho para este manual, atividade que será realizada após a conclusão dos  
51 trabalhos do manual em curso.

52 Miranda expôs os trabalhos da Subcomissão de eventos, discorreu a respeito da  
53 estruturação do 7 SENSE, conforme programação disponível no site da Fundação  
54 Coge. Foi proposto e aprovado pela CPNSEE a indicação de Bizzo para o painel  
55 Segurança com Eletricidade nas Faixas de Uso Mútuo - Telecomunicações e outras,  
56 que será encaminhado à Coordenação do SENSE. Sugerida a divulgação do evento  
57 por todos (SRTes, Sindicatos, CNI). Lumbreras afirmou que foram disponibilizadas 15  
58 inscrições para os representantes da CPNSEE.

59 Passando a discussão da Subcomissão de Trabalho Individual, foi agendada reunião  
60 para o dia 15/03 às 9h na Fundacentro-SP, quando será elaborado programa de  
61 trabalho para apresentação na próxima reunião da CPNSEE. Edna Fará contato com  
62 Barrico para confirmar a sua participação e agenda. Em caso de não confirmada a  
63 participação a Bancada de Governo procederá a substituição da representação de  
64 Barrico por Edna.

65 Edna, expondo os trabalhos da Subcomissão de Capacitação, informou que já foi  
66 elaborado e encaminhado ao MTE o texto de Nota Técnica com entendimento da  
67 CPNSEE sobre o assunto. Foi sugerido e aceito por todos que não seja encerrada  
68 esta subcomissão, mas que se rediscuta um ponto ainda não consensado na  
69 Subcomissão, que diz respeito a quem poderia ministrar os temas constantes na  
70 capacitação.

**Data:** 30 de novembro de 2010

**Hora:** 9:00 hs às 16h00 hs

**Participantes:** Aguinaldo Bizzo (Força Sindical); Argemiro Ferro Filho (SINDIELETRO), Clóvis Veloso de Queiroz Neto (CNI), Edna Lucia Alves Ferreira Rocha (SRTE/PA), Jeová Pereira de Oliveira (FNU-CUT), João José Magalhães Soares (ABRADEE), Luiz Carlos Lumbreras Rocha (SRTE/RJ), Paulo César Andrade Almeida (MPS), José Manoel Teixeira (UGT), Jorge Santos Reis (FUNDACENTRO), Jesus Francisco Garcia (FNU/CUT), Washington A. dos Santos (UGT), Luiz Carlos de Miranda Júnior (CPFL Energia/CNI), Marcos Antonio Galera da Silva (ABRAGE), Sizenando Figueira de Andrade (CHESF).

\*\*\*\*\*

- 71 Retomada a reunião, foram iniciados os trabalhos pela discussão do tema fiscalização.  
72 Jesus entende que é fundamental uma definição do Órgão ministerial no que diz  
73 respeito a como serão abordadas as questões de Segurança e Saúde no atual  
74 Governo e de como será estruturada a inspeção do trabalho. Questiona se  
75 retornaremos a uma estrutura que contemple uma secretaria própria para a segurança  
76 e saúde no do trabalho, entendendo ser interessante o encaminhamento de um  
77 convite à atual Secretária para apresentar como estes problemas serão tratados na  
78 sua gestão. Ressalta que o problema de precarização das condições de segurança e  
79 saúde apresenta duas vertentes – a terceirização e o modelo de empresa preconizado  
80 pela ANEEL.
- 81 Jorge ratificou as palavras de Jesus, reforçando a necessidade de criação de uma  
82 Secretaria de Segurança e Saúde. Jeová, entende que a Comissão deve elaborar um  
83 documento a ser encaminhado ao MTE e ao MME, solicitando ações no sentido de  
84 reverter o quadro de precarização por que passa o setor, principalmente no programa  
85 Luz para Todos, reafirmando a necessidade de reunião com a atual Secretária.
- 86 Bizzo considera a proposta de direcionar um programa de fiscalização para os  
87 terceirizados fundamental e uma forma de vencer o gargalo por que passa o  
88 enfrentamento das questões de segurança e saúde. Questionando o que podemos  
89 fazer para operacionalizar um programa de fiscalização que reverta este quadro.
- 90 Miranda lembrou o trabalho realizado por Joaquim de fiscalização das  
91 concessionárias, em que as empresas foram convocadas para uma reunião na SRTE,  
92 sem saber a motivação da mesma e sem oportunidade para construir uma  
93 argumentação aos fatos apresentados.
- 94 Jesus propondo o encaminhamento dos temas, arguiu como será estruturada a  
95 inspeção do trabalho? Quais os canais que podem ser utilizados para a proposição da  
96 reestruturação da Secretaria de Segurança e Saúde? Como tratar a inspeção  
97 alcançando os trabalhadores de empresas terceirizadas? Como encaminhar essas  
98 questões à ANEEL, em particular o da empresa modelo e do programa Luz para  
99 Todos? Sugere iniciar esse processo por uma discussão com a Secretária de  
100 Inspeção.

101 Teixeira lembrou o excelente trabalho realizado pela SRTE-SP, que mesmo com um  
102 corpo de auditores pequeno utilizou a estratégia de convocar as empresas numa ação  
103 coletiva e atender uma demanda recorrente dos trabalhadores.

104 Edna reafirmou a importância de aprimoramento dos mecanismos de inspeção, posto  
105 que o cenário recente vivenciado em Belém tem mostrado um aumento dos acidentes  
106 graves e fatais, em particular com eletricidade, propondo que há de ser desenvolvido  
107 um programa de âmbito nacional para o enfrentamento da questão.

108 Maradona propõe que essas demandas sejam encaminhadas não só a nova  
109 Secretária, mas ao Ministro do Trabalho, posto que o trabalhador tem contribuído com  
110 sua vida neste cenário.

111 Rodrigo trouxe alguns dados que ajudam a subsidiar a discussão, informando que  
112 atualmente possuímos 3.200 auditores fiscais e que, se observadas as  
113 recomendações da OIT, deveríamos possuir, como países em desenvolvimento, 1  
114 auditor a cada 20.000 empregados, devendo ter um quadro de mais de 8.000  
115 auditores.

116 Jesus complementando a fala entende que devemos sair da reunião com uma  
117 proposta de um programa de fiscalização no atacado de empresas terceirizadas, nos  
118 moldes do realizado no passado em São Paulo.

119 Clovis, reforçando fala de Mario Sergio, afirma que a Bancada dos Empregadores  
120 defende a realização de programas de fiscalização no sentido de evitar não a  
121 terceirização, mas a precarização das condições de Segurança e Saúde nas  
122 empresas terceirizadas, que acabam resvalando nas contratantes.

123 Edna propõe que se construa um documento para encaminhar ao DSST solicitando  
124 um programa de fiscalização nacional específico com foco nas empresas contratadas  
125 do Setor Elétrico, propondo como *modus operandi* a ação realizada no estado de São  
126 Paulo, relacionando os itens da norma prioritários para o Setor Elétrico, a construção  
127 civil e a indústria, descrevendo o cenário de acidentes, metas etc.

128 Jesus propõe a criação de subcomissão que trate do problema da terceirização no  
129 Setor Elétrico.

130 A bancada dos trabalhadores propõe que as ações do DSST se iniciem pela  
131 convocação das prestadoras de serviço do Setor Elétrico que atuam na distribuição no  
132 sentido de assegurar o cumprimento da NR-10.

133 A bancada empresarial entende que as fiscalizações no âmbito do cumprimento da  
134 NR-10 devem ser executadas ressalvando os itens em discussão nas Subcomissões  
135 da CPNSEE.

136 Paulo, em nome da Bancada de Governo, ressalva que não pode haver restrição do  
137 auditor fiscal na verificação do cumprimento de qualquer item vigente normativo, sob  
138 pena de omissão do agente público.

139 A bancada dos trabalhadores registra que este programa de fiscalização deve  
140 abranger as empresas que atuam no ramo de telecomunicações.

141 Passando aos informes dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho do Cesto  
142 Aéreo, Lumbreras informou que estes vêm sendo desenvolvidos em duas vertentes,  
143 dispositivos acoplados e suspensos, estes posicionados na futura norma de trabalho  
144 em altura e aqueles como anexo da NR-12.